

RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.416 - MG (2018/0330676-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : EURIPADES EUGENIA SILVA
RECORRENTE : DIVINO FERREIRA MENEZES
RECORRENTE : OSVALDINA RITA JESUS
RECORRENTE : CELIO ANTONIO VAZ
RECORRENTE : BEATRIZ RODRIGUES SILVA
RECORRENTE : NUCILENE PIEDADE GOMES
RECORRENTE : ADRIANA REIS FERREIRA
RECORRENTE : JOSE ANTONIO DE SOUSA
ADVOGADOS : FERNANDA DE SOUZA CARDOSO E OUTRO(S) - MG158416
CAMILA ANDRADE LIMA - MG118231A
RECORRIDO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : ANDRÉ MYSSIOR - MG091357
LEANDRO ANTÔNIO DE LIMA E SOUSA E OUTRO(S) -
MG067372
LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - MG111202
TANIA MARIA PIRES DE MAGALHAES - MG104794
LUCAS MARTINS SANTOS - MG167513
PEDRO HENRIQUE LEMOS FERREIRA - MG181271
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : ANDRÉ MYSSIOR - MG091357
LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - MG111202
TANIA MARIA PIRES DE MAGALHAES - MG104794
LEANDRO ANTONIO DE LIMA E SOUSA - MG067372
LUCAS MARTINS SANTOS - MG167513
PEDRO HENRIQUE LEMOS FERREIRA - MG181271
RUBENS DE FARIA - MG107959
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. **RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 1.015 DO NCPC. JULGAMENTO EM RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. TAXATIVIDADE MITIGADA. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO CONTRADITÓRIO. INTIMAÇÃO DAS PARTES. ARTS. 10 E 933 DO NCPC. RETORNO DOS AUTOS PARA NOVO JULGAMENTO DO RECURSO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Da leitura da minuta de agravo de instrumento interposto que deu origem a este recurso, pode-se inferir que EURIPADES EUGÊNIA DA SILVA,

DIVINO FERREIRA DE MENEZES, OSVALDINA RITA DE JESUS, CÉLIO ANTÔNIO VAZ, BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, NUCILENE PIEDADE GOMES, ADRIANA DOS REIS FERREIRA e JOSÉ ANTÔNIO DE SOUSA (EURIPADES e outros) propuseram ação contra SUL AMÉRICA – COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S.A. (SUL AMÉRICA).

No curso da demanda, o Juízo de primeira instância reconheceu o interesse jurídico da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA), declinou da competência e determinou a remessa dos autos para a Justiça Federal.

O Desembargador relator, por decisão monocrática, não conheceu do agravo de instrumento (e-STJ, fls. 1.000/1.004).

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo interno interposto por EURIPADES e outros, com a seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO - DECISÃO QUE DECLINA DA COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL - HIPÓTESE QUE NÃO ADMITE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO NÃO CONHECIDO - INTELIGÊNCIA DO ART. 1.015 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - ROL TAXATIVO.

- A decisão que declina da competência para a Justiça Federal não se encontra prevista em nenhum dos incisos do art. 1.015 do Novo Código de Processo Civil, que estabelece rol taxativo das situações que admitem a interposição de agravo de instrumento.

- O rol previsto no artigo 1.015 do Novo CPC é taxativo quanto ao cabimento do agravo de instrumento e, dessa forma, somente as decisões ali previstas são impugnáveis via agravo de instrumento (e-STJ, fl. 1.024).

Os embargos de declaração opostos por EURIPADES e outros foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.058/1.063).

Irresignados, EURIPADES e outros interpuseram recurso especial (e-STJ, fls. 1.066/1.072), com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, alegando violação do art. 1.015, IX, do NCPC, sustentando que é cabível o agravo de instrumento contra a decisão que verse sobre a admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros, como no presente caso, em que o julgador acolheu o pleito de intervenção da Caixa Econômica Federal como terceira interessada e determinou a remessa dos autos à Justiça Federal.

As contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas (e-STJ, fls. 1.101/1.122).

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais admitiu o apelo nobre (e-STJ, fls. 1.125/1.126).

É o relatório.

DECIDO.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A irresignação comporta acolhimento.

EURIPADES e outros sustentaram a violação do art. 1.015, IX, do NCPC, com a possibilidade da interpretação extensiva do rol do mencionado dispositivo.

O Tribunal de origem consignou que o agravo de instrumento somente é cabível em face das decisões interlocutórias que versarem sobre as hipóteses previstas no rol taxativo do art. 1.015 do NCPC.

A Corte Especial do STJ, na sessão realizada aos 5/12/2018, no julgamento dos recursos representativos da controvérsia, RESPs nºs 1.696.396/MT e 1.704.520/MT, fixou a tese de que o rol do artigo 1.015 do NCPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

A tese da interpretação extensiva/analógica do rol estabelecido no dispositivo legal em questão já foi adotada em outros julgados da Segunda e da Quarta Turmas do STJ, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. COMPETÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 1.015 DO CPC/15. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É cabível agravo de instrumento para impugnação de decisão interlocutória que decide sobre competência, conferindo-se interpretação analógica ou extensiva ao inciso III do art. 1.015 do CPC/2015.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.309.300/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, j. 18/9/2018, DJe 27/9/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. ART. 1.015, X, DO CPC/2015. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. ISONOMIA ENTRE AS PARTES. PARALELISMO COM O ART. 1.015, I, DO CPC/2015. NATUREZA DE TUTELA PROVISÓRIA.

1. A questão objeto da controvérsia é eminentemente jurídica e cinge-se à verificação da possibilidade de interpor Agravo de Instrumento contra decisões que não concedem efeito suspensivo aos Embargos à Execução.

2. Na hipótese dos autos, a Corte Regional entendeu que não é impugnável por meio de Agravo de Instrumento a decisão que deixou de atribuir efeito suspensivo aos Embargos à Execução, pois o rol do art. 1.015 do Código de Processo Civil de 2015 é taxativo.

3. Em uma interpretação literal e isolada do art. 1.015, X, do CPC, nota-se que o legislador previu ser cabível o Agravo de Instrumento contra as decisões interlocutórias que concederem, modificarem ou revogarem o efeito suspensivo aos Embargos à Execução, deixando dúvidas sobre qual seria o meio de impugnação adequado para atacar o decisum que indefere o pedido de efeito suspensivo aos Embargos à Execução.

4. A situação dos autos reclama a utilização de interpretação extensiva do art. 1.015, X, do CPC/2015.

5. Em que pese o entendimento do Sodalício a quo de que o rol do citado art. da nova lei processual é taxativo, não sendo, portanto, possível a interposição de Agravo de Instrumento, nada obsta a utilização da interpretação extensiva.

6. "As hipóteses de agravo de instrumento estão previstas em rol taxativo. A taxatividade não é, porém, incompatível com a interpretação extensiva. Embora taxativas as hipóteses de decisões agraváveis, é possível interpretação extensiva de cada um dos seus tipos". (Curso de Direito Processual Civil, vol. 3. Fredie Didier Jr. e Leonardo Carneiro da Cunha. ed. JusPodivm, 13ª edição, p. 209).

7. De acordo com lição apresentada por Luis Guilherme Aidar Bondioli, "o embargante que não tem a execução contra si paralisada fica exposto aos danos próprios da continuidade das atividades executivas, o que reforça o cabimento do agravo de instrumento no caso". (Comentários ao Código de Processo Civil, vol. XX. Luis Guilherme Aidar Bondioli. ed. Saraiva, p. 126).

8. Ademais, o pedido de concessão de efeito suspensivo aos Embargos à Execução poderia perfeitamente ser subsumido ao que preconiza o inciso I do art. 1.015 do CPC/2015, por ter natureza de tutela provisória de urgência. Dessa forma, por paralelismo com o referido inciso do art. 1015 do CPC/2015, qualquer deliberação sobre efeito suspensivo dos Embargos à Execução é agravável.

9. Dessa forma, deve ser dada interpretação extensiva ao comando contido no inciso X do art. 1.015 do CPC/2015, para que se reconheça a possibilidade de interposição de Agravo de Instrumento nos casos de decisão que indefere o pedido de efeito suspensivo aos Embargos à Execução.

10. Recurso Especial provido.

(REsp 1.694.667/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, j. 5/12/2017, DJe 18/12/2017)

No caso em apreço, o Tribunal de origem concluiu pela taxatividade do rol do art. 1.015 do NCPC sem fornecer elementos concretos para verificar se há ou não a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

Ressalte-se que referido critério foi estabelecido, como dito anteriormente, pela própria Corte Especial do STJ, no julgamento dos mencionados RESPs nºs 1.696.396/MT e 1.704.520/MT.

Isso significa que as partes não tiveram a oportunidade de se manifestar sobre a questão à luz do enfoque proposto naquele julgamento qualificado.

Imperioso, assim, o retorno dos autos à origem, para que o Tribunal realize novo julgamento do recurso nos termos da jurisprudência desta Corte, após oportunizar às partes que complementem suas manifestações, consoante previsto nos arts. 10 e 933 do NCPC.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial e, cassando o acórdão recorrido, determino envio dos autos à origem, para que o Tribunal realize novo julgamento do recurso, nos termos da fundamentação supra.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator